



## A CONSTRUÇÃO DA RAÇA BRANCA E A SUPOSTA INCAPACIDADE INTELLECTUAL NEGRA PARA A CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

*Carlos Eduardo Dias Machado<sup>1</sup>*

**Resumo:** O presente ensaio trata da construção ideológica das raças e sua hierarquização pelos brancos europeus e a suposta incapacidade intelectual dos negros africanos e da diáspora. Buscamos analisar a perspectiva eurocêntrica universalista e as realizações africanas no campo da ciência, tecnologia e inovação que ficaram ocultas devido a construção do sistema de privilégio branco numa ordem mundial capitalista que tem como pilares a escravidão, colonialismo, imperialismo e racismo na construção de privilégios e desigualdades.

**Palavras-chave:** branquitude; negro; ciência.

### THE CONSTRUCTION OF THE WHITE RACE AND THE SUPPORT OF BLACK INTELLECTUAL DISABILITY FOR SCIENCE, TECHNOLOGY AND INNOVATION

**Abstract:** This essay deals with the ideological construction of races and their hierarchization by european whites and the supposed intellectual incapacity of black Africans and the diaspora. We seek to analyze the Eurocentric universalist perspective and the African achievements in the field of STEM that have been hidden due to the construction of the system of white privilege in a capitalist world order that has as its pillars slavery, colonialism, imperialism and racism in the construction of privileges and inequalities.

**Keywords:** whiteness; black; science.

### LA CONTRUCTION DE LA RACE BLANCHE ET LA SUPPOSÉE INCAPACITÉ INTELLECTUEL NOIR POUR LA SCIENCE, TECHNOLOGIE ET L'INNOVATION

**Résumé:** Cet essai traite de la construction idéologique des races et de leur hiérarchie par les blancs Européen et la supposée incapacité intellectuelle noirs Africains et de la diaspora. Nous cherchons à analyser l'eurocentrique universaliste et les réalisations africaines dans le champ de la science, la technologie et l'innovation qui ont été cachés en raison de la construction du système de privilège blanc dans un ordre mondial capitaliste qui a comme piliers de l'esclavage, colonialisme, impérialisme et racisme dans la construction des privilèges et des inégalités.

**Mots-clés:** blanchitude; noir; science.

### LA CONSTRUCCIÓN DE LA RAZA BLANCA Y LA SUPUESTA INCAPACIDAD INTELLECTUAL NEGRA PARA LA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INNOVACIÓN

**Resumen:** El presente ensayo trata de la construcción ideológica de razas y su jerarquización por los blancos europeos y la supuesta incapacidad intelectual de los negros africanos y de la

---

<sup>1</sup>Mestre em História Social pela Universidade de São Paulo - USP. Professor na Secretaria Municipal de Educação (SME-PMSP). É palestrante, formador na Ação Educativa e escritor de livros de divulgação científica entre eles Gênios da Humanidade - Ciência, Tecnologia e Inovação Africana e Afrodescendente.



diáspora. Buscamos analizar la perspectiva eurocéntrica universalista y las realizaciones africanas en el campo de la ciencia, tecnología e innovación que se quedaron ocultas debido a la construcción del sistema de privilegios blanco en una orden mundial capitalista, que tiene como pilares la esclavitud, colonialismo, imperialismo y racismo en la construcción de privilegios y desigualdades.

**Palabras clave:** branquitude; negro; ciencia

### **A CONSTRUÇÃO DA RAÇA BRANCA E A SUPOSTA INCAPACIDADE INTELLECTUAL NEGRA PARA A CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO**

Branco é uma classificação racial, usado para pessoas de ascendência europeia. O uso contemporâneo do termo "povo branco" ou de "raça branca" como um grande grupo de populações (principalmente europeia), contrastando com o negro, índio (às vezes, chamado de vermelho), amarelo, de cor ou não-branco, originou-se no século 17. É hoje particularmente usado como um classificador racial em sociedades multiétnicas, como no Norte e Sul da África, Oceania, Oriente Médio, Estados Unidos, Reino Unido e Brasil (Carleton, 1972, p. 400). Várias construções sociais da brancura têm sido significativas para a identidade nacional, política pública, religião, estatísticas populacionais, privilégio branco, segregação racial, eugenia, craniometria, frenologia e marginalização racial e ação afirmativa ao longo da história de meio milênio de dominação branca global.

O termo "raça branca" ou "povo branco" construído por europeus entrou nas principais línguas europeias no final do século 17, no contexto da escravidão racializada e do status desigual das colônias europeias (Niremberg, 2009, p. 232). A descrição das populações como "brancas" em relação à sua cor da pele antecede esta noção e é encontrada na etnografia greco-romana e outras fontes antigas.

De acordo com a antropóloga estadunidense Nina Jablonski:

No Egito antigo como um todo, as pessoas não eram designadas por termos de cor (...) Incrições egípcias e literatura raramente mencionam a pele escura dos cuxitas da Alta Núbia. Sabemos que os egípcios não eram alheios à cor da pele, no entanto, porque os artistas prestaram atenção a ele em obras de arte, na medida em que os pigmentos permitidos no momento (Jablonski, 2012, p. 106).

James Dee afirma que "os gregos não se descrevem como" pessoas brancas "- ou qualquer outra coisa, porque eles não tinham uma palavra regular em seu vocabulário de



cor para si mesmos” (Dee, 2003, p. 157). A cor da pele das pessoas não trazia significado útil: o que importava era onde viviam (Painter, 2001, p.01).

Ocorrem atribuições de conotações positivas e negativas para brancos e negros no período clássico em várias línguas indo-europeias, mas essas diferenças nem sempre foram aplicadas à cor da pele. Conversão religiosa foi às vezes descrita figurativamente como uma mudança na cor da pele. Da mesma forma, o Rigveda (antiga coleção indiana de hinos védicos em sânscrito e um dos quatro textos sagrados canônicos do hinduísmo), conhecidos como os Vedas usa o termo *krsna tvac*, pele negra, como metáfora da falta de religião (Erdosy, 1995, p. 20).

A mais antiga imagem que descreve a coloração da pele humana é o texto funerário do Antigo Egito (Novo Reino) conhecido como o Livro dos Portões distingue "quatro grupos" em uma procissão. São os egípcios, os cananeus ou asiáticos, os núbios e os líbios de pele clara. Os egípcios são descritos como castanho avermelhado claro, os núbios (Sudão atual) como pele preta, os semitas (Síria atual) e Canaã (Líbano moderno, Israel e Jordânia) como pele clara e os berberes da Antiga Líbia como igualmente brancos.

Heródoto descreveu os citas (antigo povo iraniano de pastores equestres) como tendo profundos olhos azuis e cabelos vermelhos brilhantes e os egípcios - bem como os colchianos - como pele escura e cabelos cacheados. Ele também dá a possivelmente primeira referência comum das populações que vivem ao sul do Egito, também conhecido como núbios, que foi *aithiopes* (pele queimada). Mais tarde Xenofonte descreveu os etíopes como negros e as tropas persas como brancas em comparação com a pele bronzeada das tropas gregas (Leshner, 2007, p.10). Estes adjetivos de cores são tipicamente encontrados em contraste com o padrão definido pelo próprio grupo, e não como uma auto-descrição.

O termo "raça branca" ou "povo branco" entrou nas principais línguas europeias no final do século 17 no *Oxford English Dictionary*, originando-se da construção da racialização da escravidão na época, no contexto do tráfico transatlântico de seres humanos e da escravização de povos nativos do continente americano por portugueses e espanhóis católicos (Dee, 2003, p. 157) que iniciou no século 15. Posteriormente foi atribuído a estirpes de sangue, ancestralidade e traços físicos e acabou sendo um tema de investigação científica, que culminou no racismo científico, que teve grande



aceitação e que no século 20 foi repudiado por parte da comunidade científica. Segundo a historiadora Irene Silverblatt, “o pensamento racional (...) transformou as categorias sociais em verdades raciais (Silverblatt, 2004, p. 139)”. Bruce David Baum, citando o trabalho de Ruth Frankenberg, afirma, “a história da moderna dominação racista tem sido ligada à história de como os povos europeus definiram-se (e às vezes alguns outros povos) como membros de uma raça branca superior”. Alastair Bonnett argumenta que a “identidade branca”, como é concebida atualmente, é um projeto estadunidense, refletindo as interpretações americanas de raça e história.

Segundo Gregory Jay, professor de Inglês na Universidade de Wisconsin-Milwaukee, antes da era da exploração, as diferenças de grupos eram largamente baseadas na linguagem, religião e geografia. O europeu sempre reagiu um pouco historicamente às diferenças de cor da pele e estrutura facial entre si e as populações encontradas na África, na Ásia e nas Américas (ver, por exemplo, a dramatização de Shakespeare do conflito racial em *Othelo* e *A Tempestade*). Começando no ano de 1500, os europeus brancos começaram a desenvolver o que se tornou conhecido como “racismo científico”, a tentativa de construir uma definição biológica e não cultural de raça. A branquitude, então, surgiu como o que hoje chamamos uma categoria “pan-étnica”, como uma forma de unir uma variedade de populações étnicas europeias em uma única “raça”.

Nos séculos 16 e 17, os povos da Ásia Oriental eram quase uniformemente descritos como brancos, nunca como amarelos. A pesquisa de Michael Keevak, *Becoming Yellow*, aponta que os asiáticos foram redesignados como sendo de pele amarela porque “o amarelo se tornou uma designação racial”, e que a substituição do branco para amarelo como descrição veio através do discurso científico (Keevak, 2001, p. 02).

Estudos ocidentais de raça nos séculos 18 e 19 desenvolveram o que mais tarde seria denominado racismo científico. Os proeminentes cientistas europeus que escreveram sobre a diferença humana e natural incluíam uma raça eurásiana branca ou ocidental entre um pequeno conjunto de “raças humanas” e uma superioridade física, intelectual ou estética imputada a essa categoria branca. Essas ideias foram desacreditadas pelos cientistas apenas na segunda metade do século 20 após duas guerras mundiais (Keevak, 2011, p. 02).



Em 1758, Carl NilssonLinnaeus no livro *Systema Naturae* propôs o que considerava ser categorias taxonômicas naturais da espécie humana. Distinguiu entre *Homo sapiens* e *Homo sapiens europaeus* (Gould, 2003, p.21) e adicionou mais quatro subdivisões geográficas dos seres humanos: europeus brancos, americanos, vermelhos, asiáticos, amarelos e pretos africanos. Embora Lineu os tenha proposto como classificações objetivas, suas descrições desses grupos incluíam padrões culturais e estereótipos depreciativos racistas e sexistas.

Em 1775, Johann Friedrich Blumenbach (*De Generis Humani Varietate Nativa*, 1775) descreveu a raça branca como “a cor branca ocupa o primeiro lugar, tal como é a maioria dos europeus”. Ele classificou os humanos em cinco raças, que em grande parte corresponderam com as classificações de Linnaeus: caucasiano, mongol e etíope, aos quais foram acrescentados o americano e o malásio. O autor caracterizou o esquema de classificação racial de Metzger como fazendo “duas variedades principais como extremos: o homem branco nativo da Europa, das partes setentrionais da Ásia, da América e da África.”; brancos, como os europeus restantes, os mingrélios e os cabardinos”. Os europeus do sul, os turcos, os abissínios, os samoiedas e os lapões. Blumenbach é conhecido por argumentar que características físicas como cor da pele, perfil craniano, etc., foram correlacionadas com o caráter e a aptidão do grupo racial. Craniometria e frenologia tentaram fazer que a aparência física correspondesse com categorias raciais. A imparcialidade e as sobrancelhas relativamente altas dos caucasianos eram consideradas expressões físicas aptas de uma mentalidade mais elevada e de um espírito mais generoso. As dobras epicânticas ao redor dos olhos dos mongóis e sua camada epidérmica externa ligeiramente pálida revelavam sua natureza supostamente astuta e literal.

Em um trabalho de 1775, o filósofo alemão Immanuel Kant usou o termo *weiß* (branco) para se referir a “o branco (raça) do norte da Europa” assim como sua visão sobre os negros:

Os negros da África não possuem, por natureza, nenhum sentimento que se eleve acima do ridículo. O senhor Hume desafia qualquer um a citar um único exemplo em que um Negro tenha mostrado talentos, e afirma: dentre os milhões de pretos que foram deportados de seus países, não obstante muitos deles terem sido postos em liberdade, não se encontrou um único sequer que apresentasse algo grandioso na arte ou na ciência, ou em qualquer outra aptidão; já entre os brancos, constantemente arrojam-se aqueles que, saídos da plebe mais baixa,



adquirem no mundo certo prestígio, por força de dons excelentes. Tão essencial é a diferença entre essas duas raças humanas, que parece ser tão grande em relação às capacidades mentais quanto à diferença de cores. A religião do fetiche, tão difundida entre eles, talvez seja uma espécie de idolatria, que se aprofunda tanto no ridículo quanto parece possível à natureza humana. A pluma de um pássaro, o chifre de uma vaca, uma concha, ou qualquer outra coisa ordinária, tão logo seja consagrada por algumas palavras, tornam-se objeto de adoração e invocação nos encantamentos. Os negros são muito vaidosos, mas à sua própria maneira, e tão matraqueadores, que se deve dispersá-los a paulada (Kant, 1993, p. 75-76).

O estudo sobre raça e etnia nos séculos 18 e 19 desenvolveu-se no que mais tarde seria denominado racismo científico. Em sua edição de 1795 *De Generis Humani Varietate Nativa* (Sobre a Variedade Natural da Humanidade), Johann Friedrich Blumenbach chamou de europeus, os asiáticos que vivem a oeste do Rio Obi, Rio Ganges, do Mar Cáspio e os povos do Norte da África de “caucasiano” (Blumenbach, 1865, p. 101). Durante o período entre meados do século XIX e meados do século XX, cientistas de raça, incluindo a maioria dos antropólogos físicos, classificaram as populações do mundo em três, quatro ou cinco raças, as quais, dependendo da autoridade consultada, foram ainda divididas em várias sub-raças. Durante este período, a raça caucasiana, denominando pessoas do Cáucaso do Norte (montanhas do Cáucaso), mas estendendo-se a todos os europeus, figurou como uma dessas raças, e foi incorporada como uma categoria formal de pesquisa científica e, em países como os Estados Unidos, como classificação social.

Segundo Alberto da Costa e Silva, vários estereótipos discriminatórios e racistas sobre o homem negro africano possuem suas origens no tráfico humano interno praticado no continente africano pelos árabes islâmicos, que já possuíam e manipulavam o argumento etnocêntrico da inferioridade da população negra; alibi muito utilizado a partir do século 10 no mundo islâmico para o desenvolvimento da prática da escravidão “foram reforçando-se, um a um, os estereótipos a partir dos quais se construiria toda uma ideologia racista: os pretos eram curtos de inteligência, indolentes, canibais, idólatras e supersticiosos por natureza, só podendo ascender à plena humanidade pelo aprendizado da escravidão”, argumenta o historiador (Silva, 2002, p. 850).

Este foi o caminho científico que justificou ideologicamente a escravidão dos povos africanos, que se considera atualmente como um crime contra a humanidade pela ONU. Criou-se o imaginário sobre a pessoa negra como feia, suja, suspeita, criminosa,



hipersexualizada e dotada de pouca inteligência, ainda presente no imaginário da população brasileira. Como vimos este pensamento tem raízes profundas. A justificativa ideológica construiu mitos, estigmas e estereótipos sobre a pessoa negra. As violentas tentativas de desumanização, zoomorfização, coisificação dos corpos de mulheres e homens negros na diáspora africana são resultados desta visão e prática que criou o dualismo selvagem versus civilizado. O europeu construiu uma visão limitada e estereotipada sobre o não-europeu, e de uma busca por solidificar fenômenos sociais dinâmicos, um projeto de dominação mundial que ainda hoje tratam da alteridade como apenas mais um objeto do olhar eurocentrado, a norma.

Após o fim da Segunda Guerra Mundial, o racismo científico na teoria e na ação foi denunciado formalmente, especialmente na declaração antirracista da UNESCO *The Race Question* (1950):

Convém distinguir entre a “raça”, fato biológico, e o “mito da raça”. Na realidade, a “raça” é menos um fenômeno biológico do que um mito social. Esse mito tem feito um mal enorme no plano social e moral; ainda há pouco, custou inúmeras vidas e causou sofrimentos incalculáveis. Tem impedido o desenvolvimento normal de milhões de seres humanos e privado a civilização da colaboração efetiva de espíritos criadores. Ninguém deveria prevalecer-se das diferenças biológicas entre grupos étnicos para praticar o ostracismo ou tomar medidas coletivas.

O mito da "raça" e a suposta “inferioridade” da população negra africana criou imensos danos humanos e sociais. De acordo com o *The Trans-Atlantic Slave Trade Database*, o tráfico europeu cristão promoveu a retirada de 12,5 milhões de africanos para o continente americano em 36 mil viagens entre 1525 até 1866 . O tráfico de seres humanos escravizados pelo Oceano Atlântico foi o maior deslocamento forçado de pessoas a longa distância ocorrido na história, sem pedidos de desculpas formais e reparações para os descendentes até o presente. Com o desenvolvimento da genética evolutiva no século 20, demonstrou-se que as diferenças genéticas humanas são pequenas, pois somos 99,9% semelhantes geneticamente, portanto não há raças na humanidade.

Apesar deste avanço do conhecimento científico, o senso comum de forma camuflada, mas eficaz, especificamente no caso brasileiro, afirmam que existem raças, mantendo a crença na hegemonia do privilégio branco. O filósofo alemão Georg Wilhelm Friedrich Hegel (1770-1831) afirmou que “o que nós propriamente



entendemos por África, é o não-histórico, não-desenvolvido espírito, ainda envolvido na condição de mera natureza, e que foi apresentado aqui somente como soleira da história mundial.”(Hegel, 1999, p. 88).Hegel declara ser a Grécia o “berço da civilização”, executam de forma muito mais segura o serviço renascentista de entronizar o mundo greco-romano como matriz civilizacional da Europa pré-moderna, usurpando numa frase casual todas as contribuições dos povos não europeus para a constituição dessa herança, ao mesmo tempo em que consolida em forma de pensamento ‘histórico’, uma proposição pseudocientífica. A própria imagem metafórica que nos traz a ideia de “berço”, nos propõe reflexões inúmeras a respeito da origem da criança contida no berço, quem construiu o berço, quem foram mãe e pai da criança, entre outras. É Heródoto, o grego chamado de “pai da história” pelos eurocentristas, que nos oferece pistas sobre a origem e os pais da criança:

Estender-me-ei mais no que concerne ao Egito, por encerrar ele mais maravilha do que qualquer outro país; e não existe lugar onde se vejam tantas obras admiráveis, não havendo palavras que possam descrevê-la (...) “Quase todos os nomes dos Deuses passaram do Egito para a Grécia (...) Disseram-me ainda os sacerdotes que Sesóstris realizou a partilha das terras, concedendo a cada Egípcio uma porção igual, com a condição de lhe ser pago todos os anos certo tributo. Se o rio carregava alguma parte do lote de alguém, o prejudicado ia procurar o rei e expor-lhe o acontecido. O soberano enviava agrimensores ao local para determinar a redução sofrida pelo lote, passando o dono a pagar um tributo proporcional à porção restante. Eis, segundo me parece, a origem da geometria, que teria passado desse país para a Grécia (...) A medicina está de tal maneira organizada no Egito, que um médico não cuida senão de uma especialidade, há médicos por toda a parte, uns para a vista, outro para a cabeça, estes para os dentes, aqueles para os males do ventre, outros enfim, para as doenças internas (Heródoto, 2006, livro II, Cap. XXXV).

A Europa é uma civilização tardia. Mesmo as cronologias mais otimistas localizam a chegada dos primeiros grupos humanos classificados como gregos, os micênicos, em cerca de 1400 a.C. quando o Egito, por exemplo, já contava mais de 2 mil anos de Império Unificado (Burns, 1978, p.58). Também já eram seculares os Impérios da Mesopotâmia e do Vale do Indo. Nesse sentido, lembramos que a primeira perspectiva de pensamento humanista a se difundir profundamente na Europa, o cristianismo, é uma perspectiva asiática e recomendo a leitura das 42 Leis de Maat, suprasumo do código de ética kemético (kmt ou terra negra de kem: negro) que, segundo historiadores, era observado desde o faraó até os camponeses. No entanto, a influência





do Império Egípcio e das demais civilizações do Oriente Próximo, sequer é aventada pelos propagandistas da ideia de que a Grécia seria o “berço da civilização”.

Do mesmo modo, o fato de grande parte dos pensadores gregos de relevância nas mais diversas áreas terem estudado no Egito em centros de altos estudos em *Per Ankh* (Casa da Vida) como Thales de Mileto, o fato de toda a mitologia grega ter sido copiada da egípcia, da matemática, química, arquitetura, medicina egípcia africana terem fornecido as bases para a constituição do pensamento grego, é omitido da história e dos discursos do pensamento europeu contemporâneo, inclusive por seus pensadores mais críticos e supostamente lúcidos, que reproduzem a ideia de que o “berço da civilização” teria gestado a sua “criança”, literalmente do “nada”, sem atentar que, parafraseando Heródoto, “A Grécia é uma dádiva do Egito”. Quando Heródoto e outros pensadores gregos e romanos nos alertam para a negritude do império africano do Egito, chamado de Kemet – Terra Negra – por seu próprio povo (DIOP, 1983, p.56) e não semita como a TV Globo e pesquisadores eurocentristas afirmam ainda hoje no Brasil. Podemos começar a entender a escolha feita por renascentistas e iluministas de recorrer à Grécia como base civilizacional da Europa, o que explica o mal-estar sentido pelo acadêmico e general francês Volney, que liderava as tropas de Napoleão na invasão do Egito,

Vendo esta cabeça negra em todas as suas características, lembrei-me dessa passagem notável do Heródoto, onde ele diz: Para mim, eu acho que os colchianos são uma colônia dos egípcios porque, como eles, têm a pele negra e cabelos frisados. Em outras palavras, os antigos egípcios eram verdadeiros negros do mesmo tipo que todos os africanos nativos. (...) Mas retornando ao Egito, o fato que ele dá à história oferece muitas reflexões à filosofia (...) Pensar que esta raça de negros, hoje nossos escravos e objeto de todos os desprezos, é mesmo aquela à qual devemos as nossas artes e as nossas ciências e até o uso da palavra (...) Imaginem, finalmente, que está no meio de pessoas que se dizem os maiores amigos da liberdade e da humanidade que se aprovou a escravidão mais bárbara e questionado se os homens negros têm o mesmo tipo de inteligência que os brancos!(Machado, 2017, p. 13).

Por todo o continente africano constituíram-se impérios grandiosos, como os de Kanen-Bornu, Gana, Mali, Songai, Gaza, Daomé, Ndongo, Monomotapa, Hova Merina, e o milenar Reino de Punt mantinha a sua predominância na África Oriental. Fiz uma contagem recente e contabilizei 186 reinos, impérios e cidades-estado do século 33 a.C. até os dias atuais. Com a expansão islâmica, muitos dos reinos do noroeste da África se



converteram à nova religião, dando início a um importante período de intercâmbio econômico e cultural. Estão na África as mais antigas universidades em funcionamento como a Universidade de Al- Karueein (859) em Fez no Marrocos e Al-Azhar (970) no Cairo, Egito, e Universidade (madrassa) de Sankore (989) em Timbuctu no Mali (mais antigas que a Universidade de Bolonha de 1088) e a Universidade de Ez-Zitouna (1300-1350) em Túnis na Tunísia.

O período que se seguiu à expansão marítima e à colonização das vastas terras das Américas pelos países europeus, foi de grande e intenso aporte de recursos naturais advindos das nações colonizadas, e que possibilitaram um grande desenvolvimento das sociedades europeias nos mais diversos campos, inclusive no que diz respeito à ciência, cultura e pensamento, que de uma ou outra forma, são expressões humanas extremamente ligadas. Esse desenvolvimento possibilitou mesmo a superação dos modelos feudais de organização socioeconômica, com o advento da hegemonia burguesa. Foram os lucros advindos do tráfico de seres humanos escravizados – e não o lucro advindo das desapropriações de terras camponesas - que possibilitou às cidades portuárias inglesas, como Glasgow e Liverpool no Reino Unido, a investir de maneira significativa no desenvolvimento das tecnologias de produção no momento histórico que ficou conhecido como Revolução Industrial.

O Iluminismo, o darwinismo, as ciências sociais como a história, a antropologia e a sociologia, as perspectivas socialistas e marxista são frutos desse período entre os séculos XVII e XIX, em que o grande desenvolvimento científico e material vivenciado em países centrais do continente, como França, Inglaterra e Alemanha, permitia aos europeus, a percepção de que a Europa era o centro do mundo, e que os seus habitantes eram protagonistas por excelência de uma história universal previsível, na qual os europeus tinham a missão, como Prometeu, de iluminar o mundo com seu conhecimento e sabedoria, possibilitando a evolução, daqueles que como bons coadjuvantes, estivessem biologicamente instrumentalizados para tornarem-se “como europeus”. Mas como podemos ver nas palavras de iluministas, filósofos e do pai do socialismo “científico”, Karl Marx, estes não consideravam os demais grupos étnicos humanos como, humanos. Voltaire o pai dos direitos humanos, nos diz sobre os mouros negros: “...e eles não são homens, exceto pela estatura, com as faculdades de fala e



pensamento a um degrau de distância das nossas. Esses são os que eu vi e examinei (Voltaire, 1835, p. 417).”

O filósofo francês David Hume (1711-1776) escreveu: “*I am apt to suspect the negroes to be naturally inferior to the whites. There scarcely ever was a civilized nation of that complexion, nor even any individual eminent either in action or speculation.*” O filósofo prussiano Immanuel Kant (1724-1804) escreveu: “Os negros da África não possuem por natureza, nenhum sentimento que se eleve acima do ridículo (Machado, 2017, p. 18).”

A claridade da razão de Karl Marx afirmou em 22 de julho de 1853 que:

A Inglaterra tem que cumprir uma dupla missão na Índia: uma destruidora, outra reguladora – a aniquilação da velha sociedade asiática e o lançamento das bases da sociedade ocidental na Ásia(...) os britânicos eram os primeiros conquistadores superiores e portanto inacessíveis para a civilização hindu.

Mas os processos de luta por independência ocorridos nas Américas, no norte da África, no sul da Ásia e mesmo nos países da Europa Oriental, pareciam demonstrar que os demais povos do globo não estavam muito interessados nessa “iluminação”. Aparentemente, não acreditavam que o homem branco é o protagonista por excelência da história da humanidade, não acreditavam que eram menos humanos que o homem branco e não foram colaborativos com a pretensão de homens como o invasor do Zimbábue, Cecil Rhodes (1853-1902) em seus devaneios poéticos imperialistas: “O mundo está quase todo parcelado, e o que dele resta está sendo dividido, conquistado, colonizado. Pense nas estrelas que vemos a noite, estes vastos mundos que jamais poderemos atingir. Eu anexaria os planetas se pudesse, penso sempre nisso.” (Huberman, 1982, p. 270).

Foram necessárias duas grandes guerras mundiais, diversas descolonizações, a queda da URSS e outras tantas ditaduras totalitárias, pra que os homens brancos europeus começassem a questionar a fundamentação das suas verdades. Como bem nos situa o pensador jamaicano Stuart Hall, o marxismo, a psicanálise, a linguística, a genealogia foucaultiana, assim como os movimentos de minorias por ele representados a partir do feminismo, foram capazes de abalar as crenças dos europeus em relação ao mundo enciclopédico dos pensadores modernos e, paradoxalmente, abriram espaço para o questionamento dos seus próprios pressupostos. As grandes perspectivas políticas da



história estão sendo postas em questão. Do mesmo modo, o racionalismo, a sexualidade, os papéis de gênero, a instituição familiar, a existência das raças, a saúde mental, o progresso, a civilização e até mesmo a exatidão das ciências exatas, são alvos de debates que propõem até a negação completa da matéria debatida. Por outro lado, no olho do furacão da fragmentação total, pensadores africanos contemporâneos têm escrito obras de grande aceitação pública, contemporizando os equívocos históricos dos projetos universalistas do racionalismo progressista e chamando a atenção para a necessidade de refletirmos sobre abordagens diferenciadas de compreensão do mundo e do momento atual que atravessamos de destruição do meio ambiente, aumento do racismo, escravidão e todas as formas de desigualdades.

A despeito dos excelentes estudos sobre a dominação branca e a invenção das raças realizados por Carlos Moore (2007), *Racismo e Sociedade*, e por Vulindlela Wobogo (2011), *Cold Wind From the North*, ainda persistem no imaginário dos africano-brasileiros entendimentos equivocados sobre este complexo fenômeno.

De acordo com Moore, o “racismo é um fenômeno eminentemente histórico ligado a conflitos reais ocorridos na história dos povos” (Moore, 2007, p. 38). Para o etnólogo, “desde seu início, na antiguidade, o racismo sempre foi uma realidade social e cultural pautada única e exclusivamente no fenótipo, antes de ser um fenômeno político e econômico pautado na biologia” (Moore, 2007, p. 22). Já para Wobogo Ijiola Vulindlela “o racismo branco é o abuso racialmente motivado baseado no reconhecimento do fenótipo ou ancestralidade praticado por brancos/europeus, suas instituições e seus aliados.” (Wogobo, 2011, p. 23).

Os autores concordam, a despeito das diferenças existentes em suas definições, que o racismo pode ser compreendido como um sistema social estruturado para distribuir privilégios políticos, econômicos, culturais ao grupo racialmente hegemônico. Concordam também que este sistema produz ideologias que, para justificar esta modalidade de dominação, desumanizam o grupo considerado racialmente inferior.

A explicação tradicionalmente aceita sobre origem do racismo sustenta que o racismo é uma ideologia que nasceu na modernidade com o objetivo de justificar a escravização dos africanos e o imperialismo europeu. Para os defensores desta tese, o racismo teria vindo a luz por causa de razões meramente econômicas ditadas pelo desenvolvimento do capitalismo.



Esta tese, no entanto, não se sustenta, visto que não consegue explicar, por exemplo, algumas sentenças do Rigveda ou livro dos hinos, é o primeiro veda e é o mais importante, pois todos os outros derivaram dele – escritas entre 1200 a 1000 anos antes de Cristo, durante o reino de Kuru: “o Indra protegeu seus súditos arianos durante as batalhas, subjuguou a gente sem leis para o bem de Manu e conquistou a pele negra”; “você Indra, matador de Vritra, destruidor das cidades, tem dispersado os dasyu gestados por um ventre negro”; “a cor negra é ímpia” (Moore, 2007, p. 52). Também não pode explicar a referência abaixo retirada dos escritos do Talmude o livro sagrado judeu escrito no século 6 depois de Cristo:

E já que você me desrespeitou [...] fazendo coisas feias na negrura a noite, os filhos de Canaã nascerão feios e negros! Ademais, porque você torceu a cabeça para ver minha nudez, o cabelo de seus netos será enrolado em carapinhas, e seus olhos vermelhos; outra vez, porque seus lábios ridicularizam a minha má fortuna, os deles incharão; e porque você descuidou da minha nudez, eles andaram nus e seus membros masculinos serão vergonhosamente alongados! Os homens dessa raça serão chamados de negros, seu ancestral Canaã os mandou amar o roubo e a fornicção, se juntar em bandos para odiar os seus senhores e nunca dizer a verdade (Nascimento, 1981, p. 26).

Moore demonstra que a origem do racismo é histórica e não ideológica, ou seja, seu surgimento não está relacionado com o pensamento de um – ou mais – determinado autor, mas sim com conflitos reais pela posse de recursos ocorridos na história dos povos.

O segundo equívoco consiste em reduzir o sistema racista às manifestações discriminatórias que ocorrem no âmbito das relações interpessoais. Esta posição é incorreta, pois, além de confundir os conceitos de racismo e discriminação, ignora ou nega toda estrutura de poder historicamente existente nestes sistemas organizados para distribuir privilégios com base no fenótipo, o denominado racismo institucional. Além do mais, este entendimento estimula a crença ingênua – ou nem tanto – de que o racismo, entendido não como um sistema social, mas como ato discriminatório praticado apenas por indivíduos, ainda existe por causa de pessoas ignorantes, sem instrução e que, desse modo, tende a desaparecer com o avanço educacional e científico no país como defenderam o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso e seus ministros da Educação Paulo Renato Costa Souza e Cultura Francisco Weffort quando gestores do governo federal no período 1995-2002.

Para mostrar que esta crença não tem fundamento, basta lembrar que Joaquim Nabuco, Rui Barbosa, Roquette Pinto, João Batista Lacerda, Nina Rodrigues, José Veríssimo, entre outros, defenderam a política nacional de branqueamento, que Fernando de Azevedo defendeu e implementou no país um sistema educacional fundamentado na eugenia, que Anísio Teixeira considerava as culturas africanas primitivas e que Darcy Ribeiro considerava que no Brasil nunca houve barreiras de ordem cultural e linguística para o desenvolvimento do negro reforçando, assim, o mito da democracia racial. Estes intelectuais brancos e embranquecidos, que ao longo da história do país deram sustentação ao sistema de dominação racial – ainda hoje vigente no país – estão longe de serem pessoas ignorantes e sem instrução. Por fim, parece muita ingenuidade acreditar que um fenômeno que surgiu há mais de três milênios tendo, portanto, que se ajustar a diversas mudanças sociais, políticas e econômicas ao longo da história vá simplesmente desaparecer devido ao avanço da educação, como se os sistemas educacionais oriundos de sociedades racistas, como definiu Wobogo, não estivessem comprometidos com este sistema social.

É urgente abandonar estas concepções simplistas sobre a hegemonia branca afim de que, inspirados nas tradições africanas e afro-brasileiras, possamos organizar instituições econômicas, sociais, culturais e políticas, pois somente desta forma poderemos enfrentar adequadamente o sistema racista que continua a existir e promover privilégios e desvantagens.

O corajoso exercício realizado por pensadores como Cress Welsing, Diop, Moore, Nascimento, Vulindlela, entre outros, de romper com o tabu segundo o qual a Europa somente pode ser analisada no campo do pensamento, ao ousarem constituir uma análise antropológica da Europa e do pensamento europeu enquanto resultante da sua experiência histórica específica, nos evidencia, entretanto, que os valores e perspectivas de mundo elencados pelos pensadores que buscam resgatar o pensamento europeu da catástrofe pós-moderna, são valores e concepções estrangeiras à Europa e que são componentes da visão de mundo, justamente daquelas sociedades que foram contestadas pelo pensamento europeu enquanto não-históricas, incivilizadas e primitivas. O etnocentrismo é uma perspectiva de centralidade comum em praticamente todos os povos do planeta. A extensão de um etnocentrismo específico, para a



normatização do outro, é o problema enfrentado pelos não europeus, nos últimos 400 anos em que a Europa tem alcançado progressivamente relativa hegemonia mundial.

É conveniente e estratégico que seja interdita a discussão da identidade branca e seus privilégios no desenvolvimento econômico, científico e objetivos políticos de controle total. Os meios de comunicação, a religião e a educação tem realizado um trabalho de apagamento do legado científico africano para a humanidade, pois na mente do inimigo, a sua sobrevivência depende da nossa morte mental e física. A supremacia branca causa sentimentos de inferioridade e auto-aversão para quem não é branco, mas apesar de tudo, resistimos e propomos mudanças nesta ordem. Como diz a filósofa Sueli Carneiro (2017):

Nós somos sobreviventes e somos testemunhas, porta-vozes dos que foram mortos e silenciados. Nós estamos aqui. A elite intelectual deste país, no começo do século 20, só tinha uma preocupação: quanto tempo levaria para esta mancha negra ser extinta. Uns diziam que até 2015 essa mancha negra seria extirpada. Nós somos sobreviventes. Vivemos e viveremos. Nós não só sobrevivemos como agora estamos em ação.

O exercício de desmistificação é fundamental na superação da ideia de que os brancos são protagonistas exclusivos do poder político, econômico, ciência, tecnologia e inovação do mundo, de que o que é europeu é universal e o que é não-europeu é alteridade, de que a Europa é o espaço do pensamento por excelência e que o não-europeu é espaço do antropológico, de que o pensamento europeu surge, se desenvolve, se renova e se expande por geração espontânea, sem colaboração não europeia e por fim, de que a Europa, tem novamente a missão prometéica de iluminar o mundo - fardo do homem branco - salvando-o da idade do mal-estar, em que ela mesma o colocou.

Não somos amaldiçoados por nenhum deus nem somos animais como os cientistas racistas quiseram provar. Somos descendentes da primeira mulher e homem que evoluíram no continente africano. Colonizamos o mundo, fomos escravizados, sofremos racismo e apesar de tudo resistimos. Se dependêssemos de nossos inimigos que estão no poder há séculos estaríamos extintos.

Nós, da sexta região africana, precisamos conhecer mais nosso legado para história e ciência no mundo e neutralizar o impacto da supremacia branca em nossas vidas com a autodescolonização das nossas mentes e a construção de igualdade de oportunidades, contra o racismo, a violência e pelo bem viver.



## REFERÊNCIAS

UNESCO. *A Declaração das Raças (18 de julho de 1950)*. Disponível em: [http://www.achegas.net/numero/nove/decla\\_racas\\_09.htm](http://www.achegas.net/numero/nove/decla_racas_09.htm). Acesso em 06 de abr. de 2017.

A Guide to Your Genome. *Bethesda, MD*: National Institute of Health, 2007. Disponível em: [https://www.genome.gov/pages/education/allaboutthehumangenomeproject/guidetoyourgenome07\\_vs2.pdf](https://www.genome.gov/pages/education/allaboutthehumangenomeproject/guidetoyourgenome07_vs2.pdf). Acesso em 01 fev. 2017.

BLUMENBACH, Johann Friedrich; BENDYSHE, Thomas. *The Anthropological Treatises of Johann Friedrich Blumenbach*. Anthropological Society, 1865.

BONNETT, Alastair. *White identities: Historical and international perspectives*. Prentice Hall, 2000.

BURNS, Edward MacNall. *História da Civilização Ocidental*. Editora Globo: Rio de Janeiro. 1978.

CARNEIRO, Sueli. *Sobrevivente, testemunha, porta-voz*: entrevista (maio, 2017). São Paulo: Espaço Revista Cult. Entrevista concedida a Bianca Santana.

Ciência, Tecnologia e Inovação Africana e Afrodescendente. Disponível em: <http://www.portalafrico.com.br/ciencia-tecnologia-e-inovacao-africana-e-afrodescendente/> Acesso em 02 abr.2017.

COON, Carleton Stevens. *The Races of Europe*. Greenwood Pub. Group, 1972.

DEE, James H. Black Odysseus, *White Caesar*: When Did "White People" Become "White"? *The Classical Journal*, v. 99, n. 2, p. 157-167, 2003.

Definição do termo Branco. Disponível em: <https://en.oxforddictionaries.com/definition/white> Acesso em 01 abr. 2017.

Deusa Maat. Disponível em: <https://en.wikipedia.org/wiki/Maat>. Acesso em 04 mai. 2017.

DIOP, Cheik Anta, A Origem dos Antigos Egípcios; in: *História Geral da África, África Antiga, vol.II*, São Paulo/Paris: Ática/UNESCO, org.: G Mokhtar, 1983.

ERDOSY, George (Ed.). *The Indo-Aryans of ancient South Asia: language, material culture and ethnicity*. Walter de Gruyter, 1995.

GOULD, Stephen Jay. *A Falsa Medida do Homem*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

HALIOUA, Bruno; ZISKIND, Bernard. *Medicine in the Days of the Pharaohs*. Harvard University Press, 2005.

HEGEL, George Wilhelm Friedrich. *Filosofia da História*. Brasília: Editora da UNB, 1999.



HERÓDOTO. eBOOKS BRASIL, 2006. Disponível em:  
<http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/historiaherodoto.html>. Acesso em 01 jun.2017.

HERODOTUS. Disponível em:  
<http://www.perseus.tufts.edu/hopper/text?doc=Hdt.+2.104&fromdoc=Perseus%3Atext%3A1999.01.026> Acesso em 04 abr. 2017.

JAY, Gregory. *Who Invented White People? A Talk on the Occasion of Martin Luther King, Jr. Day*, 1998. Disponível em:  
[https://web.archive.org/web/20070502063801/http://www.uwm.edu/~gjay/Whiteness/Whiteness\\_talk.html](https://web.archive.org/web/20070502063801/http://www.uwm.edu/~gjay/Whiteness/Whiteness_talk.html) Acesso em 01 mar. 2017.

HUBERMAN, Leo. *História da riqueza do homem*. Trad. Waltensir Dutra. 18.a Ed., Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

JABLONSKI, Nina G. *Living color: The biological and social meaning of skin color*. University of California Press, 2012.

KANT, Immanuel. *Observações sobre o sentimento do belo e do sublime*. Campinas, Papirus, 1993.

KEEVAK, Michael (2011). *Becoming Yellow: A Short History of Racial Thinking*. Princeton University Press.

LESHER, James H. et al. *Xenophanes of Colophon: fragments: a text and translation with a commentary*. University of Toronto Press, 2001.

MACHADO, Carlos. *Gênios da Humanidade - Ciência, Tecnologia e Inovação Africana e Afrodescendente*. São Paulo: DBA Editora, 2017.

MOORE, Carlos. *Racismo e Sociedade: Novas bases epistemológicas para entender o racismo*, Belo Horizonte: Mazza Edições, 2007.

NASCIMENTO, Abdias. *O Genocídio do Negro Brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

NASCIMENTO, Elisa Larkin. *Pan-Africanismo na América do Sul*, São Paulo: Vozes, 1981.

NIRENBERG, David (2009). "Was there race before modernity? The example of 'Jewish' blood in late medieval Spain" (PDF). In Eliav-Feldon, Miriam; Isaac, Benjamin H.; Ziegler, Joseph. *The Origins of Racism in the West*. Cambridge, Reino Unido: Cambridge University Press. O livro das Pontes. Disponível em: [https://en.wikipedia.org/wiki/Book\\_of\\_Gates](https://en.wikipedia.org/wiki/Book_of_Gates) Acesso em 06. abr. 2017.

PAINTER, Nell Irvin. *The history of white people*. WW Norton & Company, 2010.  
Questão de Raça. Disponível em:  
[https://pt.wikipedia.org/wiki/A\\_quest%C3%A3o\\_da\\_ra%C3%A7a\\_\(1950\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/A_quest%C3%A3o_da_ra%C3%A7a_(1950)) Acesso em 03 abr. 2017.

SILVA, Alberto da Costa e. *A manilha e o libambo: a África e a escravidão, de 1500 a 1700*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.

SILVERBLATT, Irene. *Modern Inquisitions: Peru and the colonial origins of the civilized world*. Duke University Press, 2004.



The History of Herodotus — Volume 1 by Herodotus. Disponível em: <http://www.gutenberg.org/files/2707/2707-h/2707-h.htm> Acesso em 04 mai. 2017.

Top 10 oldest universities in the world: ancient colleges: <https://collegestats.org/2009/12/top-10-oldest-universities-in-the-world-ancient-colleges/> Acesso em 18 jun. 2017.

WELSING, Francis Cress. *The Isis paper*. Chicago: Third World Press, 1991.

WOBOGO. Vulindlela. *Cold Wind from the North: The Pre-Historic European Origin of Racism, Explained by Diop's Two Cradle Theory*. CreateSpace Independent Publishing Platform, 2011.

World Conference against Racism, Racial Discrimination, Xenophobia and Related Intolerance. p. 06 <http://www.un.org/WCAR/durban.pdf> Acesso em 18 jun. 2017.

*Recebido em outubro de 2017  
Aprovado em novembro de 2017*